

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Do Sr. Deputado Domingos Dutra)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir os obstáculos e soluções para o avanço da reforma agrária e o combate à violência e à impunidade no campo.

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para discutir os obstáculos e soluções para o avanço da reforma agrária e o combate à violência e à impunidade no campo, tendo como convidados(as) os seguintes palestrantes:

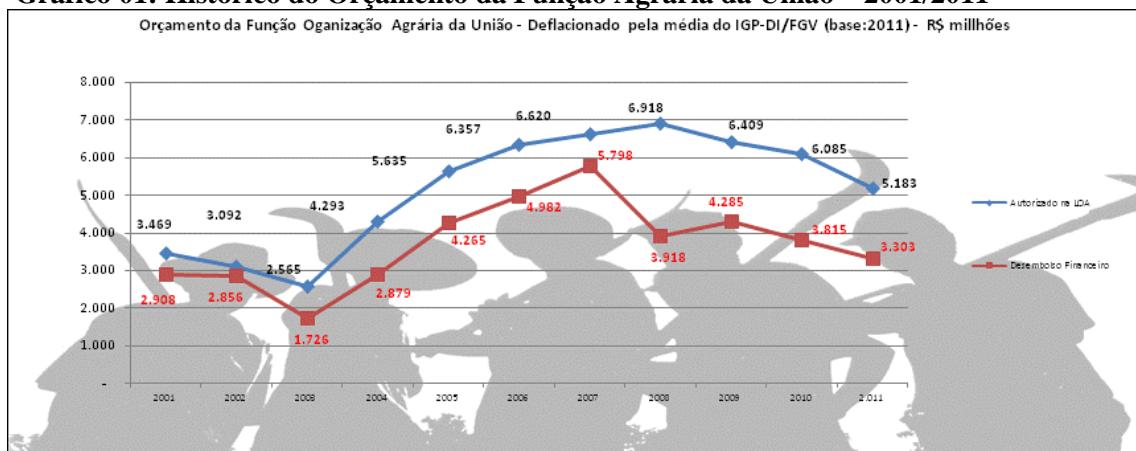
- i) Ministro do Desenvolvimento Agrário, Excelentíssimo Sr. Pepe Vargas;
- ii) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Excelentíssima Sra. Miriam Belchior;
- iii) Ministro da Justiça, Excelentíssimo Sr. José Eduardo Cardozo.
- iii) Ministro da Advocacia Geral da União, Advogado-Geral da União Sr. Luís Inácio Lucena Adams;
- iv) Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Excelentíssimo Sr. Gilberto Carvalho;
- v) Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- vi) Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF;

- vii) Coordenação da Via Campesina;
- viii) Coordenação da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

JUSTIFICATIVA

Segundo relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, o Orçamento da Função Agrária da União tem, desde 2008, sofrido uma diminuição de recursos orçamentários. Os recursos disponíveis em 2011 voltaram ao patamar de 2005 e o desembolso financeiro, ao de 2004, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 01: Histórico do Orçamento da Função Agrária da União – 2001/2011



Fonte: Siga Brasil/Senado Federal. Elaboração: INESC

Nota: Desembolso Financeiro = valores pagos na Lei Orçamentária Anual (LOA) + Restos a Pagar de exercícios anteriores

Ainda de acordo com a ONG, a diminuição de recursos, seja na disponibilidade como na execução, implica na negação da reforma agrária, como uma política de efetivação do direito humano a uma vida digna, além de negar a função social da propriedade à medida que mantém a terra improdutiva.

Os dados são preocupantes pois sem dúvida constituem em obstáculo à realização da política de reforma agrária. Preocupa mais ainda quando somados aos índices de violência no campo. Segundo dados parciais dos Conflitos no Campo Brasil de janeiro a setembro de 2011, divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, **a violência é renitente** e os números relativos a

janeiro a setembro de 2011, indicam uma redução geral de conflitos – redução de 777, em 2010, para 686, em 2011, -12%. Mas a queda não esconde que a violência se mantém e firme. Faz parte da estrutura agrária do país. Este número refere-se ao conjunto de conflitos que a CPT registra: por terra, por água e trabalhistas, no campo.

Individualizando cada categoria de conflito, os conflitos por terra se reduziram de 535, em 2010, para 439, em 2011. Os conflitos por água de 65, em 2010, declinaram para 29, em 2011. Já os conflitos trabalhistas, concretamente o trabalho escravo apresentou elevação. Em 2010, neste período, foram registradas 177 denúncias de trabalho escravo, em 2011 este número se elevou para 218.

Comparação dos Conflitos jan-set 2010-2011

	2010	2010	2011	2011
Conflitos de Terra*	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
Ocorrências de Conflito	349	145.725	275	145.320
Ocupações	159	73.835	144	89.815
Acampamentos	27	14.590	20	10.285
Total Conf. Terra	535	234.150	439	245.420
Conflitos Trabalhistas				
Trabalho Escravo	177	3.854	218	3.882
Conflitos pela Água				
	65	160.165	29	93.310
Total Conflitos no Campo				
	777	398.169	686	342.612

Setor de Documentação da CPT, 09/12/2011.

Outra informação apresentada pela CPT é que os assassinatos de trabalhadores, no período de janeiro a setembro de 2011, somam 17, 32% a menos que os assassinatos em igual período de 2010, 25. A região Norte continua liderando, com 12 trabalhadores mortos, 9 só no Pará. Em 2011, o numero de assassinatos registrados soma 23, contra 30 em 2010.

Dentre estas mortes, destacamos o assassinato do casal Maria do Espírito Santo e seu esposo José Claudio Ribeiro da Silva; a de Adelino

Ramos, em Rondônia, um dos sobreviventes do massacre de Corumbiara; e do Cacique Nísio Gomes, no Mato Grosso do Sul.

Preocupados com toda essa situação e na certeza de que a Comissão de Direitos Humanos e Minoria tem como missão regimental discutir, visibilizar e buscar soluções para esses históricos problemas brasileiros, é que apresentamos este Requerimento.

Câmara dos Deputados, 19 de março de 2012.

“Justiça se faz na luta!”

DOMINGOS DUTRA
Deputado Federal – PT/MA